

Medidas de conservação de tartarugas marinhas em Cabo Verde não são suficientes para travar a sua captura e consumo ilegal

Um estudo agora publicado na revista internacional de conservação *Oryx* (*) demonstra que a legislação e proteção nas praias não estão a ser suficientes para travar a captura e consumo ilegal de tartarugas marinhas em Cabo Verde. Os autores do estudo, realizado para a *Turtle Foundation* em colaboração com o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP), alertam para a necessidade rever as medidas de conservação vigentes, trabalhando diretamente com caçadores e consumidores.

A população de tartarugas marinhas (*Caretta caretta*) de Cabo Verde é considerada a terceira maior do mundo, sendo apenas ultrapassada pelas populações na Florida (Estados Unidos) e em Omã (Golfo Pérsico). As tartarugas visitam as praias para construir os ninhos e depositar os ovos. Em Cabo Verde estima-se que 85% a 90% da nidificação das tartarugas ocorre nas praias da Boa Vista, uma das dez ilhas do arquipélago.

Os esforços de Cabo Verde para proteger as tartarugas marinhas tiveram início em 1987, com a introdução de legislação que proibia a sua captura em épocas de desova. Hoje em dia, as medidas de conservação centram-se na proteção das praias através de voluntários e, em alguns casos, pela presença militar nas principais praias de nidificação e ações de sensibilização dinamizadas por Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais. No entanto, registos históricos e estudos recentes continuam a evidenciar uma forte influência negativa da ação humana nos níveis de população de tartarugas marinhas no arquipélago.

O estudo agora publicado resulta de uma colaboração internacional no projeto de investigação que Joana Hancock (estudante de doutoramento do [cE3c - Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais](#)) desenvolveu no seu mestrado na Universidade de Exeter (Reino Unido). Em 2011 a equipa de investigadores realizou mais de quatrocentos inquéritos a habitantes das ilhas de Boa Vista e Santiago, à população em geral, e com especial foco nas comunidades de pescadores e vendedoras de peixe, tradicionalmente associados à captura e comércio de tartarugas marinhas. Foi assegurado a todos os inquiridos que as suas respostas eram anónimas.

Com estes inquéritos os investigadores pretenderam não só avaliar níveis de captura e consumo ilegais de tartarugas marinhas como também compreender se as intervenções atuais (como legislação e ações de sensibilização) constituíam a abordagem mais eficaz para promover a conservação destas espécies. Joana Hancock refere: "A captura e venda das tartarugas é feita para

obter um rendimento alternativo em alturas de dificuldades económicas, aproveitando o facto de que ainda há procura desta carne por parte dos consumidores, o que indica a necessidade de uma abordagem sócio-económica da região para desenvolver medidas de conservação mais eficazes”.

Já no final de 2015, Cabo Verde aprovou nova legislação que criminaliza a captura, abate e comercialização de tartarugas marinhas. No entanto nem sempre nova legislação traz resultados positivos, nem imediatos, sendo que na falta de uma abordagem socio-económica as medidas de conservação tendem a gerar mais conflitos do que soluções.

Como parte do seu projeto de doutoramento, Joana Hancock vai em breve adaptar este estudo à realidade de São Tomé e Príncipe, para o qual a [Associação Tartarugas Marinhas](#) (da qual Joana Hancock faz parte) recebeu uma bolsa da prestigiada *Rufford Foundation* no passado mês de abril. "São Tomé e Príncipe beneficiou recentemente da aprovação de uma nova lei de conservação de tartarugas marinhas, e é essencial entender quais os principais beneficiários, mas também lesados, desta nova medida, e entender a forma de promover a participação e colaboração das principais comunidades, para assegurar ações mais eficazes, e impactos mais duradouros”, refere Joana Hancock.

(*) Hancock, J.; Furtado, S.; Merino, S.; Godley, B. J.; Nuno, A. (2016) Exploring drivers and deterrents of the illegal consumption and trade of marine turtle products in Cape Verde, and implications for conservation planning. *Oryx*. <http://dx.doi.org/10.1017/S0030605316000107>

Contactos:

Marta Daniela Santos

mddsantos@fc.ul.pt

96 429 42 36

Gabinete de Comunicação – Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c)